



**INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

**INVESTIMENTO DIRETO
ESTRANGEIRO NO BRASIL:
UM PANORAMA**

AGOSTO/2006

Conselho do IEDI

Abraham Kasinski <i>Sócio Emérito</i>	Josué Christiano Gomes da Silva <i>Presidente do Conselho</i>
Amarílio Proença de Macêdo	Lirio Albino Parisotto
Andrea Matarazzo	Luiz Alberto Garcia
Antonio Marcos Moraes Barros	Marcelo Bahia Odebrecht
Benjamin Steinbruch	Miguel Abuhab
Carlos Antônio Tilkian	Nildemar Secches
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	Olavo Monteiro de Carvalho
Carlos Mariani Bittencourt	Paulo Guilherme Aguiar Cunha
Carlos Pires Oliveira Dias	Paulo Setúbal Neto
Claudio Bardella	Pedro Eberhardt
Daniel Feffer	Pedro Franco Piva
Décio da Silva	Pedro Grendene Bartelle
Eugênio Emílio Staub	Pedro Luiz Barreiros Passos
Flávio Gurgel Rocha	Rinaldo Campos Soares
Francisco Amaury Olsen	Robert Max Mangels
Ivo Rosset	Roberto de Rezende Barbosa
Ivoncy Brochmann Ioschpe	Roger Agnelli
Jacks Rabinovich	Salo Davi Seibel
Jorge Gerdau Johannpeter	Thomas Bier Herrmann
José Antonio Fernandes Martins	Victório Carlos De Marchi
José Roberto Ermírio de Moraes	Walter Fontana Filho <i>Diretor Geral</i>

Hugo Miguel Etchenique
Membro Colaborador

Paulo Diederichsen Villares
Membro Colaborador

Paulo Francini
Membro Colaborador

Roberto Caiuby Vidigal
Membro Colaborador

Julio Sergio Gomes de Almeida
Diretor-Executivo

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO BRASIL: UM PANORAMA¹

Principais Conclusões e Sugestões.....	1
Os Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil.....	4
<i>IDE e Necessidades de Financiamento Externo</i>	4
<i>Os Ingressos de IDE</i>	6
<i>Indústria como Principal Segmento de Atração</i>	9
O Brasil no Cenário Internacional.....	13
<i>Países em Desenvolvimento nos Ingressos Líquidos de IDE Mundiais</i>	13
<i>O Brasil nos Influxos de IDE Mundiais</i>	15
<i>Análise do desempenho e do potencial brasileiro na atração de IDE</i>	18
Considerações Finais.....	25
Bibliografia.....	26

¹ Estudo preparado por Mauro Thury de Vieira Sá e Julio Gomes de Almeida.

Principais Conclusões e Sugestões

Apesar da notável melhora nos números do balanço de pagamentos, os investimentos estrangeiros diretos (IDE) estão distantes de apresentar a mesma pujança do período das grandes privatizações. De fato:

- O IDE, líquido, caiu de US\$ 32,8 bilhões em 2000 para US\$ 15,1 bilhões em 2005.
- A projeção do Banco Central para 2006 é que as inversões estrangeiras diretas atinjam US\$ 18 bilhões, representando um incremento relevante em relação ao ano anterior ficando abaixo, portanto, do patamar anterior.
- Embora a redução nos influxos de investimento externo direto não seja um fenômeno específico do Brasil, as privatizações consistiram num processo de entrada de recursos do tipo *once for all*.
- Como já atentara a CEPAL, em seu relatório publicado em 2005 sobre IDE na América Latina e Caribe, diferentemente do que ocorreu nos anos 1970, o IDE para o Brasil nos anos 1990 teve um aspecto mais forte em termos de mudança patrimonial do que no sentido de ampliar a base produtiva instalada.
- Aliás, mesmo o crescimento do IDE em 2004, em relação ao ano anterior, teve um forte componente de mudança de ativos: o saldo foi “inchado” pela operação casada de compras entre a belga Interbrew e a Ambev, na qual a primeira adquiriu US\$ 4,98 bilhões da companhia de bebidas brasileira, tendo contrapartida equivalente, com a Ambev comprando o mesmo montante da nova parceira. Daí não causar estranheza os números menores em 2005 e o projetado em 2006.
- Outro ponto importante da evolução recente do IDE consiste no papel maior desempenhado pelas conversões, que representaram por volta de 40% dos ingressos sob a forma de participação no capital no biênio 2002-2003. O dado positivo é que essa parcela caiu para 22,5% (US\$ 4,6 bilhões), ficando no ano passado em 25,4% (US\$ 5,6 bilhões). Ressalte-se que, em 2004, tal proporção subiria para quase 30% se retirarmos a operação Interbrew-Ambev.

De qualquer modo, passadas as privatizações e o período de forte investimento no setor de intermediação financeira, a indústria ganhou proeminência nos últimos anos. Se, em 2000, ano de maior saldo de IDE, a indústria de transformação significou 15,2% dos ingressos em participação no capital, em 2002, essa proporção subiria para 40,2%. De modo mais detalhado:

- Em 2000, os influxos sob a forma de participação no capital da indústria de transformação alcançaram US\$ 5,0 bilhões, chegando a US\$ 7,6 bilhões em 2002.
- Em 2004, após o árduo ano de 2003, as entradas na transformação industrial atingiram US\$ 10,7 bilhões, tendo à frente obviamente a produção de alimentos e bebidas.

- Em 2005, tais ingressos atinentes à indústria de transformação somaram US\$ 6,5 bilhões, novamente destacando-se o segmento de alimentos e bebidas. Destacaram-se também a indústria de veículos automotivos (incluindo partes e peças) e a química.
- Além dos três gêneros acima citados, também merecem menção indústria de artigos de borracha e plástico, a de eletrônicos, metalurgia básica, máquinas e equipamentos e a fabricação de outros equipamentos de transporte (indústria de aviões, naval, de motocicletas etc.); estes, assim como os segmentos supramencionados, podem ser alvo de ações mais diretas do governo no sentido de atrair novos empreendimentos, tendo em vista inclusive as possibilidades existentes em suas respectivas cadeias produtivas.

Em que pese a recuperação registrada em 2004, os desafios de ampliar a participação brasileira enquanto opção para novos empreendimentos persistem.

- O índice de potencial de IDE preparado pela UNCTAD para 140 países no período 2001-2003 (o dado mais recente) ainda traz o Brasil entre os setenta primeiros, o que o qualifica – nos termos do organismo – como de alto potencial.
- Porém o Brasil aparece com o 70º melhor índice, ou seja, em situação limite.
- Por sinal, em 1999-2001 e em 2000-2002, o Brasil aparecia no grupo de baixo potencial de atração de investimentos diretos externos.
- Comparando o Brasil com outras nações emergentes, Rússia, Índia, China, Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Irlanda, Argentina, Chile e México, o índice de potencial de IDE brasileiro em 2001-2003 só não ficou aquém do da Índia.
- Em relação a tais economias, deixamos a desejar na proporção de estudantes de nível universitário, na taxa de crescimento (taxa média dos 10 últimos anos encerrados em 2003) e na participação das exportações no nosso produto interno. A expectativa é que, com a apuração desse indicador a partir de 2004, haja uma melhora até pelo desempenho das vendas brasileiras para o exterior em 2004 e 2005.

Por fim, a pesquisa sobre a confiança em determinados destinos para IDE feita pela A T Kearney em dezembro de 2005 mostrava uma recuperação frente a 2004 no tocante à condição de destino para inversões externas, frente a outros países. Ressalte-se que, mesmo no relatório de 2004, ressaltava-se que o Brasil consistia em área atrativa para a indústria de transformação, citando a indústria automotiva e de produtos eletroeletrônicos.

Apesar de se constatar o incremento da parcela de ingressos de IDE para a indústria, bem como a capacidade do Brasil em atrair empreendimentos industriais de relevo, tais fatos não se constituem por si só em alicerces sólidos para a nossa economia.

- Primeiramente, mesmo sendo a indústria produtora de bens comercializáveis (*tradables*), não implica que a estratégia das companhias industriais que estejam ingressando ou ampliando suas respectivas bases no País tenham como alvo as exportações: podem ter como foco o mercado doméstico, tal como já aconteceu em passado recente.
- Ademais, o ideal é que os ingressos para a indústria cresçam acompanhados por novas entradas de IDE para os demais setores, principalmente nos serviços de utilidade pública, dado que um maior dinamismo nesse segmento propicia melhorias na infra-estrutura física

do Brasil, tão necessária para a produção doméstica. A implementação do aparato regulador das Parcerias Público-Privadas é um avanço notório, mas não significa que os investimentos estrangeiros venham automaticamente.

A despeito do recente desempenho exportador do Brasil, o ideal é que sejam atraídos investimentos externos voltados para a constituição de bases exportadoras mais robustas e perenes a partir do território nacional, sedimentando o ajuste externo e minimizando o acréscimo no passivo externo que o IDE representa. A dificuldade recente decorre da apreciação cambial. Esse último fato já vem influenciando nas decisões de transnacionais no tocante a partir de onde exportar – se do Brasil ou se a partir de uma base em outro país – em detrimento das vendas para o Exterior a partir do território nacional. Como exemplo, há a experiência recente da Nokia, que transferiu a produção de diversas linhas telefones celulares para o México, reduzindo seu poder de exportação para os EUA a partir da planta estabelecida em Manaus.

Por fim, os ingressos para as diferentes atividades da indústria de transformação podem se constituir em alvos para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), à medida que sinaliza em quais segmentos o Brasil tem se mostrado mais atraente. Porém não se pode esquecer das cadeias produtivas nas quais tais segmentos se inserem. Procurar oportunidades a partir de elos nesses encadeamentos produtivos pode se consubstanciar em esforço profícuo.

Os Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil

IDE e Necessidades de Financiamento Externo

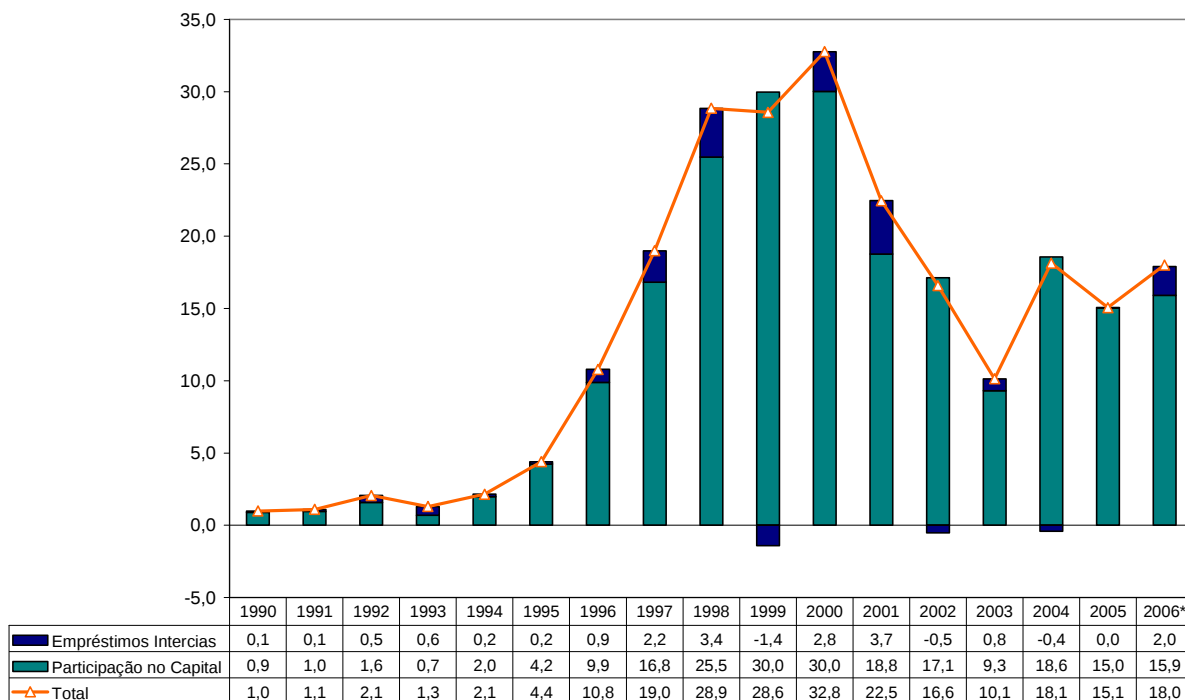
Mesmo com os superávits comerciais vultosos, levando a transações correntes positivas, os investimentos diretos estrangeiros (IDE) ainda se constituem em elemento essencial para o equilíbrio das nossas contas externas, especialmente com a rigidez na conta de serviços e rendas.

Aliás, os IDE foram capitais no Plano Real, mitigando as necessidades de financiamento externo quando o País enfrentava elevados déficits na balança de comércio. De fato, depois do superávit de US\$ 6,1 bilhões em 1992, a conta corrente só voltaria a obter saldo positivo em 2003, de US\$ 4,2 bilhões. Nesse ínterim, em 1997 e 1998, o déficit em transações correntes ultrapassou os US\$ 30 bilhões. Os investimentos externos diretos contrabalançaram tais cifras, alcançando US\$ 19,0 bilhões e US\$ 28,9 bilhões, respectivamente. Em 1999, o IDE chegaria novamente à casa dos US\$ 28 bilhões, para, no ano seguinte, registrar o recorde de US\$ 32,8 bilhões. Nesses dois anos, as privatizações tiveram grande participação no ingresso de recursos.

Em 2005, o superávit em transações correntes atingiu US\$ 14,2 bilhões, enquanto o IDE, US\$ 15,1 bilhões, resultando numa capacidade de financiamento externo de US\$ 29,3 bilhões. Para 2006, o Banco Central projeta investimentos estrangeiros diretos de US\$ 18 bilhões, acompanhados por um saldo positivo na conta corrente, de US\$ 7,8 bilhões, representando ainda notável capacidade de financiamento externo, ainda que em patamar inferior aos de 2004 e de 2005.

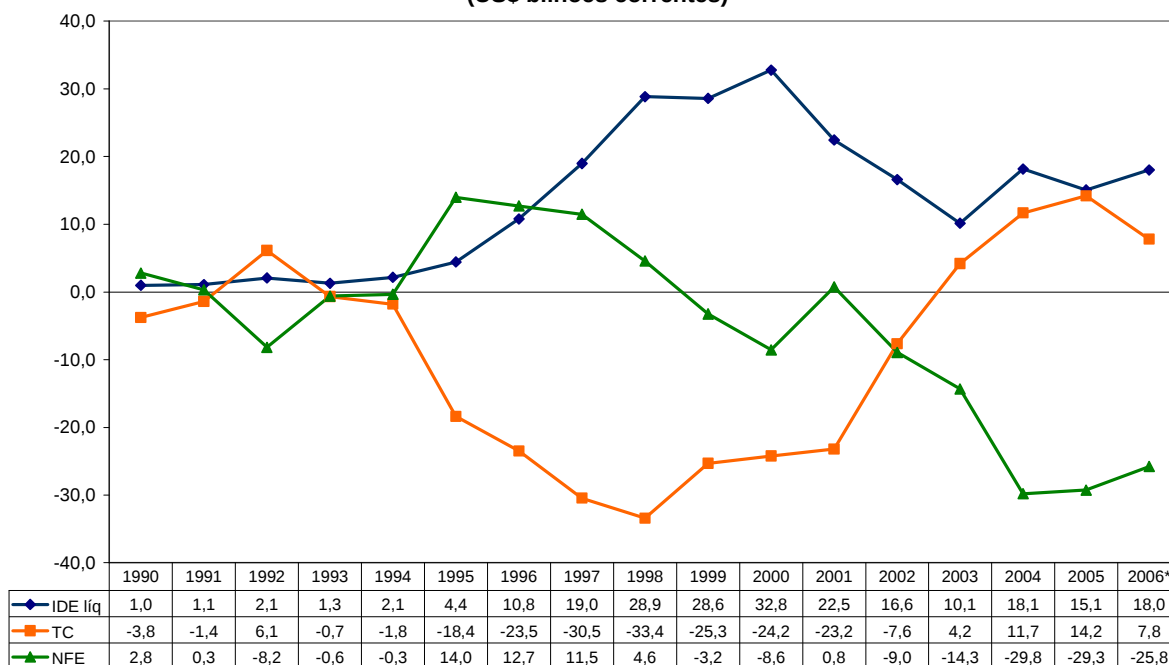
Se, de um lado, tais números evidenciam melhora nos fluxos do balanço de pagamentos, de outro, o resultado líquido dos IDE perdeu fôlego à medida que as privatizações se esgotavam e as inversões nos serviços de intermediação financeira completavam seu ciclo de entrada na economia brasileira. Acresça-se que, como bem atentou a CEPAL em seu relatório de 2005 sobre o investimento direto externo na América Latina e Caribe, a força do IDE nos anos 1990 residiu principalmente em mudanças patrimoniais, distinguindo-se dos anos 1970, quando a chegada das inversões do exterior se destinava a ampliar a base produtiva do País.

IDE: Participação no Capital e Empréstimos Intercompanhias (US\$ bilhões correntes)



Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.
* Projeção do BCB.

IDE, Transações Correntes e Necessidades de Financiamento Externo (US\$ bilhões correntes)



Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.
* Projeção do BCB.

Os Ingressos de IDE

Obviamente que as oscilações do IDE estão intimamente associadas à entrada dos investimentos, seja sob a forma de empréstimos intercompanhias, seja sob a de participação no capital.

Como é sabido, após a crise da dívida em 1982, os ingressos de inversões estrangeiras diretas só iriam se recobrar nos anos 1990, tendo em seu limiar a abertura da conta capital, as perspectivas abertas pelo MERCOSUL em conjunto com a estabilidade de preços propiciada pelo Plano Real e o boom de consumo que lhe seguiu, além da criação do regime automotivo. De fato, se no biênio 1990-1991, as entradas de IDE não ultrapassaram US\$ 1,4 bilhão, em 1994 esses ingressos mais do que dobraram, chegando a US\$ 3,2 bilhões, dos quais US\$ 2,6 bilhões referentes à participação do capital. No ano seguinte, tais ingressos somaram US\$ 6,4 bilhões.

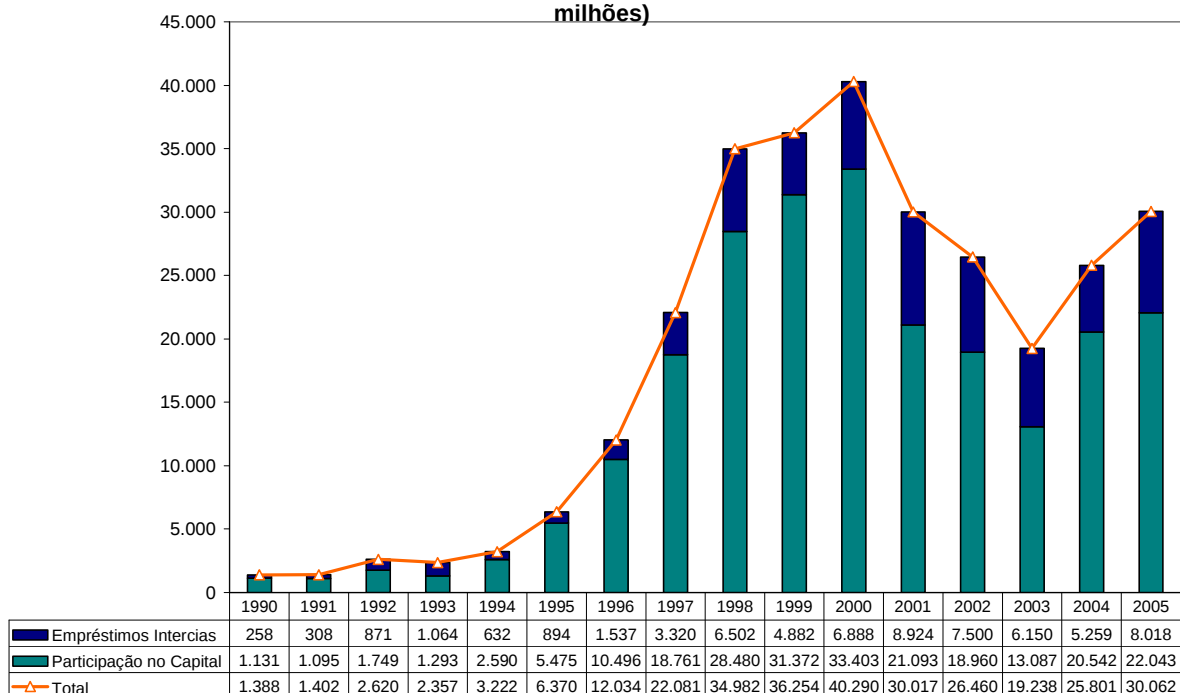
As magnitudes elevadas que as entradas de IDE obtiveram durante a década, porém, tiveram como causa maior as privatizações, em especial naquelas de 1995 em diante, concentradas nos serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e do sistema Telebrás. Em 1996, as entradas de IDE praticamente duplicaram *vis-à-vis* o ano anterior, alcançando US\$ 12,0 bilhões, dos quais US\$ 10,5 bilhões correspondiam à participação no capital. Desses ingressos de participação no capital, 22,3% foram relativos à privatização. As entradas de IDE não parariam de crescer até 2000, ano em que atingiram US\$ 40,3 bilhões, sendo US\$ 33,4 bilhões de participação no capital.

Com o esgotamento das privatizações e dos ingressos no setor bancário, além do nível de crescimento pífio do Brasil, as entradas de IDE não se mantiveram no mesmo nível. Em adição, o quadro externo se deteriorou, com a desaceleração das economias avançadas, dentre as quais os EUA, responsáveis por investimentos expressivos no País. As estatísticas da UNCTAD dão conta de um declínio de quase 60% - mais precisamente, 57% - no IDE líquido mundial entre 2000 e 2003: de US\$ 1,5 trilhão, para US\$ 656,8 bilhões.

Deste modo, ocorreu um declínio vertiginoso e sem interrupções das entradas de IDE de 2000 a 2003. Nesse último ano, tais ingressos no Brasil retrocederam para patamar abaixo do registrado em 1997: US\$ 19,2 bilhões contra US\$ 22,1 bilhões. Se tomarmos o saldo de IDE em 2003, ficou aquém do nível de 1996. No ano seguinte, 2004, os ingressos de IDE para o País, a exemplo de seu resultado líquido, cresceram em comparação ao ano anterior, perfazendo US\$ 25,8 bilhões, US\$ 20,5 bilhões concernentes à participação no capital. Contudo, deve-se frisar que US\$ 4,98 bilhões das entradas de investimentos diretos estrangeiros decorreram de uma operação casada entre a empresa Ambev, de propriedade de residentes brasileiros, e a Interbrew, companhia belga, também pertencente ao segmento industrial de bebidas. Nessa operação, a Interbrew comprou ações da Ambev no valor mencionado, sendo que a Ambev adquiriu o mesmo montante da empresa européia, o que foi registrado nos investimentos brasileiros diretos no exterior.

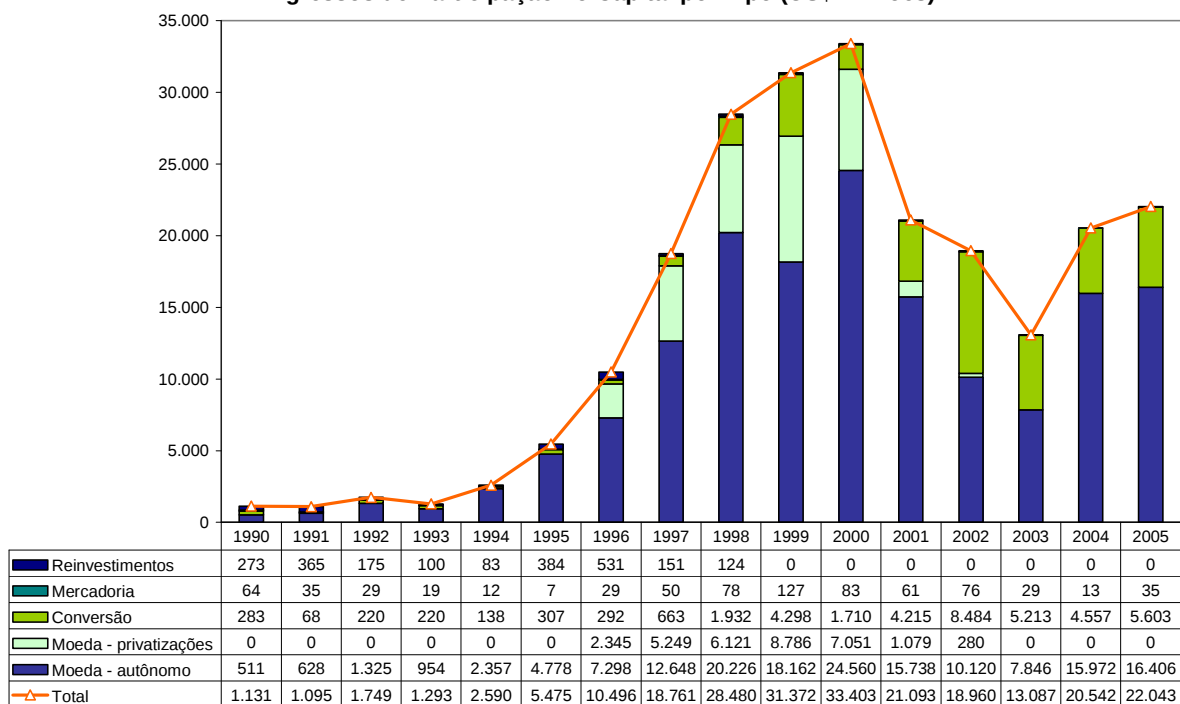
Em 2005, as entradas de IDE foram ainda mais pujantes, totalizando US\$ 30 bilhões, dos quais US\$ 22 bilhões atinentes à participação no capital. Ou seja, embora o resultado líquido do IDE de 2005 tenha ficado aquém do saldo de 2004, os ingressos foram maiores. Apenas no triênio 1998-2000 o País experimentou um volume de ingressos maior. Considerando as entradas relativas à participação no capital, a magnitude observada em 2005 só foi superada em 1998-2000 e em 2004.

Ingressos de IDE: Participação no Capital e Empréstimos Intercompanhias (US\$ milhões)



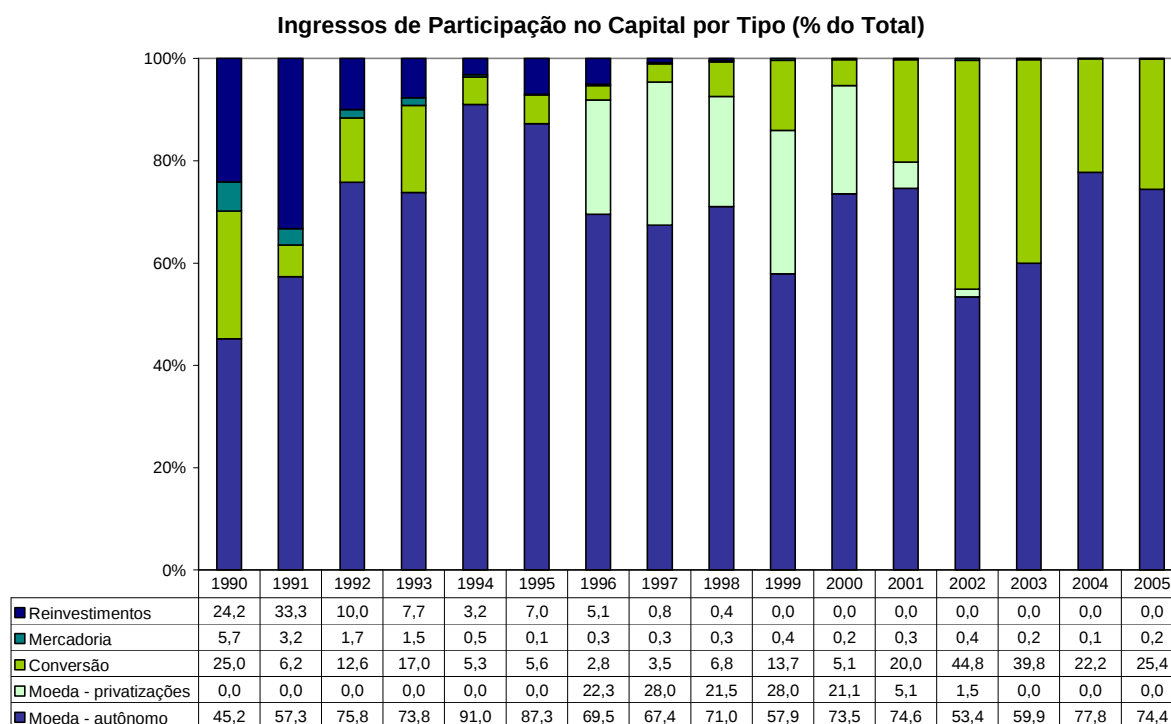
Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

Ingressos de Participação no Capital por Tipo (US\$ milhões)



Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

Nota: Os dados de Reinvestimentos deixaram de ser estimados pelo Banco Central a partir de 1999, assim como sua contrapartida, a rubrica Lucros Reinvestidos da conta de rendas das transações correntes. Logo, as entradas e o saldo líquido de IDE tendem a ser subestimados em relação a anos anteriores, mas sem afetar os dados de Necessidades de Financiamento Externo.



Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

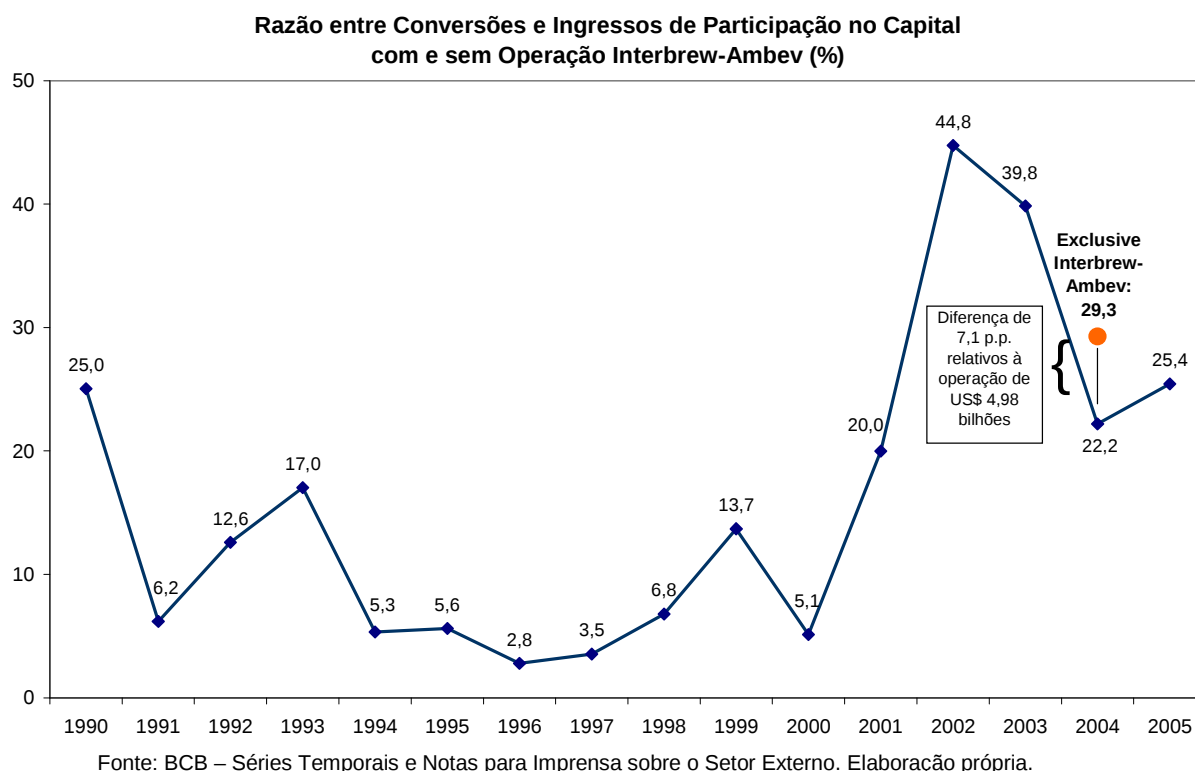
Nota: Os dados de Reinvestimentos deixaram de ser estimados pelo Banco Central a partir de 1999, assim como sua contrapartida, a rubrica Lucros Reinvestidos da conta de rendas das transações correntes. Logo, as entradas e o saldo líquido de IDE tendem a ser subestimados, mas sem afetar os dados de Necessidades de Financiamento Externo.

Outro aspecto que salta aos olhos, no período de 2001 em diante, é que, dentre as modalidades de participação no capital, adquiriram proeminência as conversões. Este é um ponto importante, pois as conversões se referem à transformação de obrigações externas em IDE e, desde 2001, passaram a representar pelo menos 20% dos ingressos em participação no capital. Em 2002, as conversões chegaram a significar praticamente 45% das entradas de participação no capital, isto é, US\$ 8,5 bilhões. Em 2004, as conversões representaram 22,2% ou US\$ 4,6 bilhões; se retirarmos a operação Ambev-Interbrew, significariam 29,3%.

Em 2005, as conversões responderam por 25,4% ou US\$ 5,6 bilhões dos ingressos em participação no capital, nível acima do de 1990-2001 e 2004. Assim, mesmo que se considere haver certa subestimação do IDE por conta do Banco Central não mais apurar os ingressos atinentes a reinvestimentos², as grandezas em dólares correntes das conversões asseveram a relevância assumida por essa forma de entrada.

A questão crucial reside no fato das conversões não significarem novas inversões, configurando-se em uma reestruturação patrimonial. Aliás, a magnitude das conversões realizadas em 2002 (US\$ 8,5 bilhões) e em 2003 (US\$ 5,2 bilhões) decorreu da dificuldade das empresas em rolar suas dívidas.

² A questão relativa aos reinvestimentos e sua ausência nas apurações recentes do Banco Central é bem lembrada pela UNCTAD no documento Investment Policy Review of Brazil, de janeiro último. De fato, embora o Banco Central tenha adotado diversas recomendações do Balance of Payments Manual do Fundo Monetário Internacional (FMI), também conhecido como BPM5, a partir de 1999, a referida rubrica não tem sido mais coberta. A respeito dos aprimoramentos realizados no balanço de pagamentos do Brasil, ver a nota técnica de julho de 2001 do BCB, além do próprio BPM5.



Indústria como Principal Segmento de Atração

Uma característica adicional decorrente do encerramento do ciclo de privatizações, bem como da rodada de inversões nos serviços de intermediação financeira, consiste na distribuição setorial do IDE: a indústria de transformação galgou condição mais proeminente, ainda que em 2005 e no primeiro semestre de 2006 a participação desse setor tenha declinado comparativamente aos anos anteriores.

Os IDE dos anos 1990, apesar de cumprirem papel primacial no setor externo, sua contribuição para a produção não foi equivalente aos recursos injetados na economia. Acrescente-se que, por terem prevalecido inversões em serviços industriais de utilidade pública, em serviços de telecomunicações e de intermediação financeira, ou seja, em segmentos que ofertam bens e serviços não comercializáveis, os IDE traziam consigo duas questões para o médio e longo prazo. Primeira, por significarem mudança patrimonial, na qual ativos passaram das mãos de residentes (do Estado ou das famílias) para não residentes, parcela expressiva do IDE implicou em aumento do passivo externo brasileiro, mas sem ampliar na mesma magnitude a capacidade de oferta. Segundo, por predominarem inversões na produção de serviços não comercializáveis, não fomentavam diretamente as exportações.

Nesta direção, investimentos estrangeiros diretos na indústria de transformação, assim como na agropecuária e extração mineral, têm o benefício de produzirem mercadorias transacionáveis, mais aptas a contribuir para a expansão das nossas exportações.

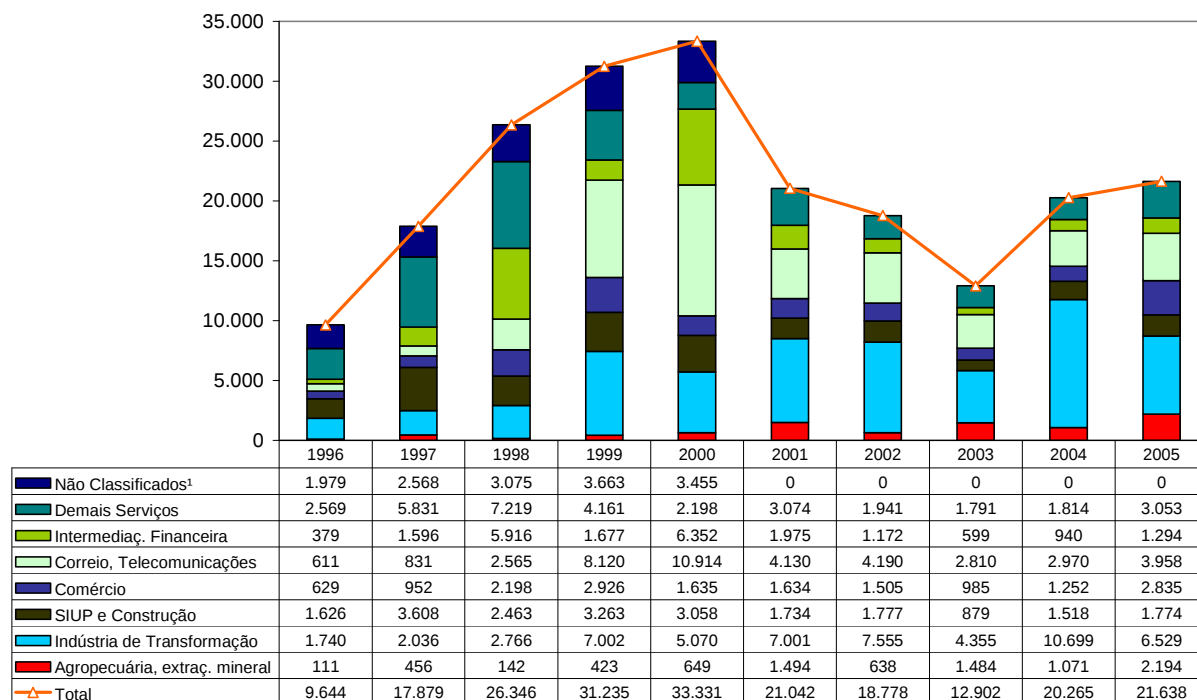
De 1996 a 1999, houve substantivo aumento dos influxos na forma de participação do capital para a indústria de transformação, pulando de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 7,0 bilhões. Em 2000, os ingressos caíram, mas voltaram a crescer em 2001, retornando ao patamar de 1999. Em

2002, as entradas de IDE atingiram US\$ 7,6 bilhões, retrocedendo novamente no ano subsequente. Em 2004, os ingressos na indústria de transformação alcançariam US\$ 10,7 bilhões, representando 52,8% das entradas em participação no capital. É óbvio que, retirando-se o montante relativo à operação Ambev-Interbrew, as entradas para a indústria caem bastante, para US\$ 5,7 bilhões. Ainda assim seria observado incremento frente ao resultado de 2003.

Em 2005, a indústria de transformação respondeu por 30,2% das entradas de IDE sob a forma de participação no capital, nível inferior ao de 2001-2004. Assevere-se que, em 2005, ampliaram sua parcela nos ingressos, *vis-à-vis* 2004, os segmentos de comércio (decorrência provável da expansão da rede estadunidense Wal-Mart, como atenta a CEPAL em seu mais recente relatório sobre IDE), de correios e telecomunicações, além dos demais serviços. No primeiro semestre de 2006, a indústria de transformação representou 38,9% do total desses ingressos (no primeiro semestre de 2005, correspondeu a 47,6%).

Tal como em 2002 e em 2004, o segmento industrial de maior peso na atração de ingressos de IDE sob a forma de participação no capital em 2005 foi o de alimentos e bebidas. Outras atividades também vêm apresentando números expressivos para os padrões brasileiros, destacando-se a indústria de veículos automotivos (incluindo partes e peças) e a química, que no ano passado registraram entradas de participação no capital de US\$ 1 bilhão e de US\$ 764 milhões respectivamente. A indústria de artigos de borracha e plástico, a de eletrônicos, metalurgia básica, máquinas e equipamentos e a fabricação de outros equipamentos de transporte (indústria de aviões, naval, de motocicletas etc.) igualmente merecem menção e podem ser alvos, assim como os segmentos supramencionados, de ações mais diretas do governo no sentido de atrair novos empreendimentos, tendo em vista inclusive as possibilidades existentes em suas respectivas cadeias produtivas.

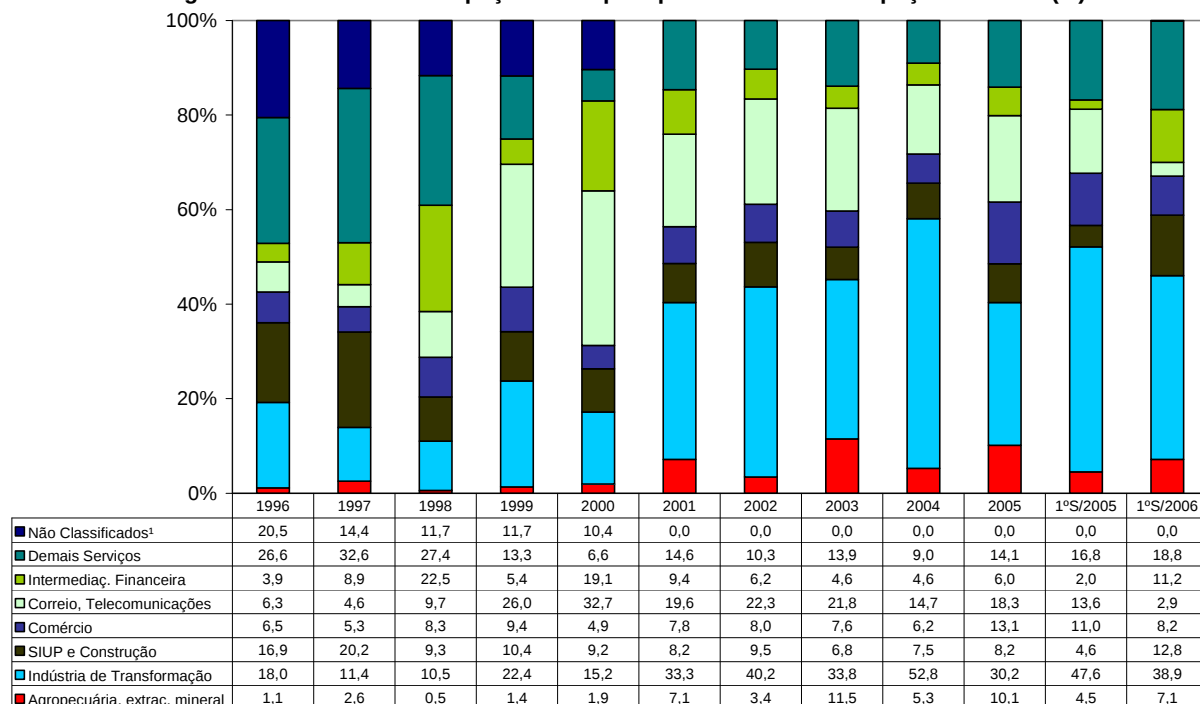
Ingressos de IDE de Participação no Capital por Setor Econômico (US\$ Milhões)



Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

1. Os ingressos em participação no capital inclusos em Não Classificados se referem àqueles inferiores a US\$ 10 milhões por empresa no ano, que nos anos de 1996 a 2000 não foram classificados setorialmente.

Ingressos de IDE de Participação no Capital por Setores - Participação no Total (%)



Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

1. Os ingressos em participação no capital incluídos em Não Classificados se referem àqueles inferiores a US\$ 10 milhões por empresa no ano, que nos anos de 1996 a 2000 não foram classificados setorialmente.

Indústria de Transformação - Ingressos de Participação no Capital por Atividades (US\$ milhões)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1ºS/2005	1ºS/2006
Produtos alimentícios e bebidas	186	323	133	1.239	975	563	1.873	409	5.346	2.075	1.642	152
Fabric., mont. veículos automotores	286	223	1.060	1.831	961	1.550	1.757	966	850	1.044	411	223
Produtos químicos	222	368	355	1.272	1.101	1.546	1.573	726	1.363	764	459	453
Artigos de borracha e plástico	30	139	157	207	58	176	183	205	134	481	314	157
Mat. eletrônico, eqs. comunicac.	62	186	263	520	655	1.166	544	328	266	396	90	245
Metalurgia básica	30	0	118	113	246	431	138	351	817	310	165	904
Máquinas e equipamentos	179	207	175	87	579	344	391	256	313	255	139	238
Outros equipamentos de transportes	0	0	91	49	186	51	51	27	465	209	87	34
Celulose, papel e produtos do papel	22	0	0	13	10	150	11	348	177	167	41	77
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	30	138	111	340	66	327	372	189	243	164	43	33
Produtos têxteis	73	50	22	90	36	56	98	34	58	127	6	627
Produtos de madeira	0	88	17	23	32	71	17	31	61	124	116	11
Produtos de metal	64	0	40	42	26	108	90	107	90	94	37	52
Máqs. escritório, eqs. informática	10	20	49	631	23	23	96	8	11	59	52	9
Edic., impressão, reproduç. gravaçs.	0	12	12	77	16	140	44	145	131	26	12	254
Produtos minerais não-metálicos	195	208	85	289	67	130	124	49	219	17	5	106
Outras indústrias	351	75	79	179	34	167	194	177	154	219	69	50
Indústria de Transformação	1.740	2.036	2.766	7.002	5.070	7.001	7.555	4.355	10.699	6.529	3.687	3.624

Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

Notas: De 1996 até 2000, os dados não incluem ingressos inferiores a US\$ 10 milhões por empresa no ano. Tabela ordenada decrescentemente pelo ano de 2005

Indústria de Transformação - Ingressos de Participação no Capital por Atividades (% do setor)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1ºS/2005	1ºS/2006
Produtos alimentícios e bebidas	10,7	15,9	4,8	17,7	19,2	8,0	24,8	9,4	50,0	31,8	44,5	4,2
Fabric., mont. veículos automotores	16,4	10,9	38,3	26,1	18,9	22,1	23,3	22,2	7,9	16,0	11,1	6,1
Produtos químicos	12,7	18,1	12,8	18,2	21,7	22,1	20,8	16,7	12,7	11,7	12,4	12,5
Artigos de borracha e plástico	1,7	6,8	5,7	3,0	1,1	2,5	2,4	4,7	1,2	7,4	8,5	4,3
Mat. eletrônico, eqs. comunicac.	3,6	9,1	9,5	7,4	12,9	16,7	7,2	7,5	2,5	6,1	2,4	6,8
Metalurgia básica	1,7	0,0	4,3	1,6	4,8	6,2	1,8	8,1	7,6	4,8	4,5	24,9
Máquinas e equipamentos	10,3	10,1	6,3	1,2	11,4	4,9	5,2	5,9	2,9	3,9	3,8	6,6
Outros equipamentos de transportes	0,0	0,0	3,3	0,7	3,7	0,7	0,7	0,6	4,3	3,2	2,4	0,9
Celulose, papel e produtos do papel	1,3	0,0	0,0	0,2	0,2	2,1	0,1	8,0	1,7	2,6	1,1	2,1
Máquinas, aparelhos e mat.elétricos	1,7	6,8	4,0	4,9	1,3	4,7	4,9	4,3	2,3	2,5	1,2	0,9
Produtos têxteis	4,2	2,5	0,8	1,3	0,7	0,8	1,3	0,8	0,5	1,9	0,2	17,3
Produtos de madeira	0,0	4,3	0,6	0,3	0,6	1,0	0,2	0,7	0,6	1,9	3,1	0,3
Produtos de metal	3,7	0,0	1,5	0,6	0,5	1,5	1,2	2,4	0,8	1,4	1,0	1,4
Máqs. escritório, eqs. informática	0,6	1,0	1,8	9,0	0,5	0,3	1,3	0,2	0,1	0,9	1,4	0,2
Edic., impressão, reproduç. gravaçs.	0,0	0,6	0,4	1,1	0,3	2,0	0,6	3,3	1,2	0,4	0,3	7,0
Produtos minerais não-metálicos	11,2	10,2	3,1	4,1	1,3	1,9	1,6	1,1	2,0	0,3	0,1	2,9
Outras indústrias	20,2	3,7	2,9	2,6	0,7	2,4	2,6	4,1	1,4	3,3	1,9	1,4
Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

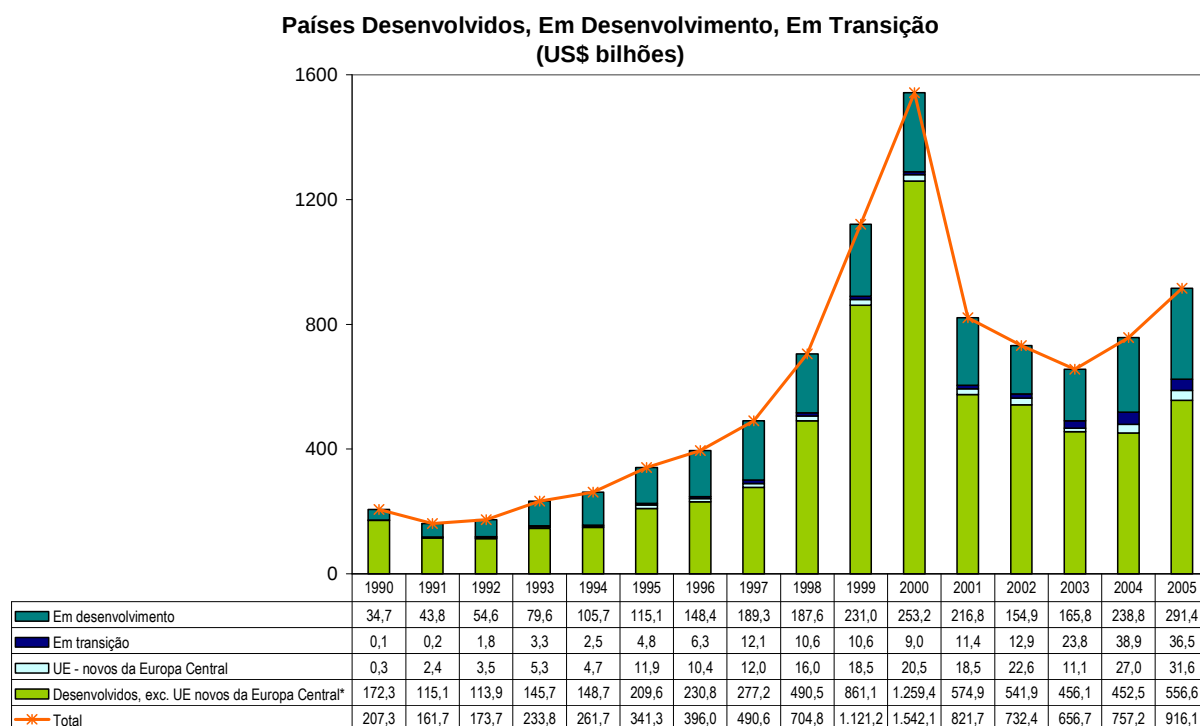
Notas: De 1996 até 2000, os dados não incluem ingressos inferiores a US\$ 10 milhões por empresa no ano. Tabela ordenada decrescentemente pelo ano de 2005

O Brasil no Cenário Internacional

Países em Desenvolvimento nos Ingressos Líquidos de IDE Mundiais

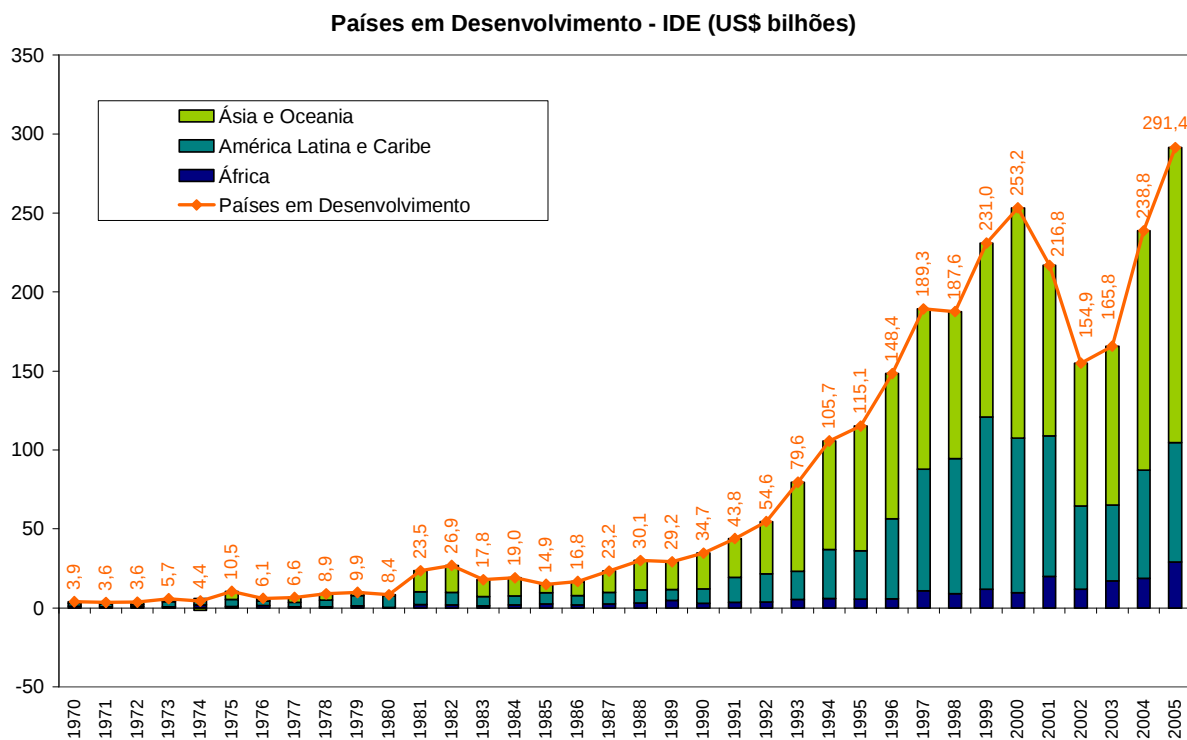
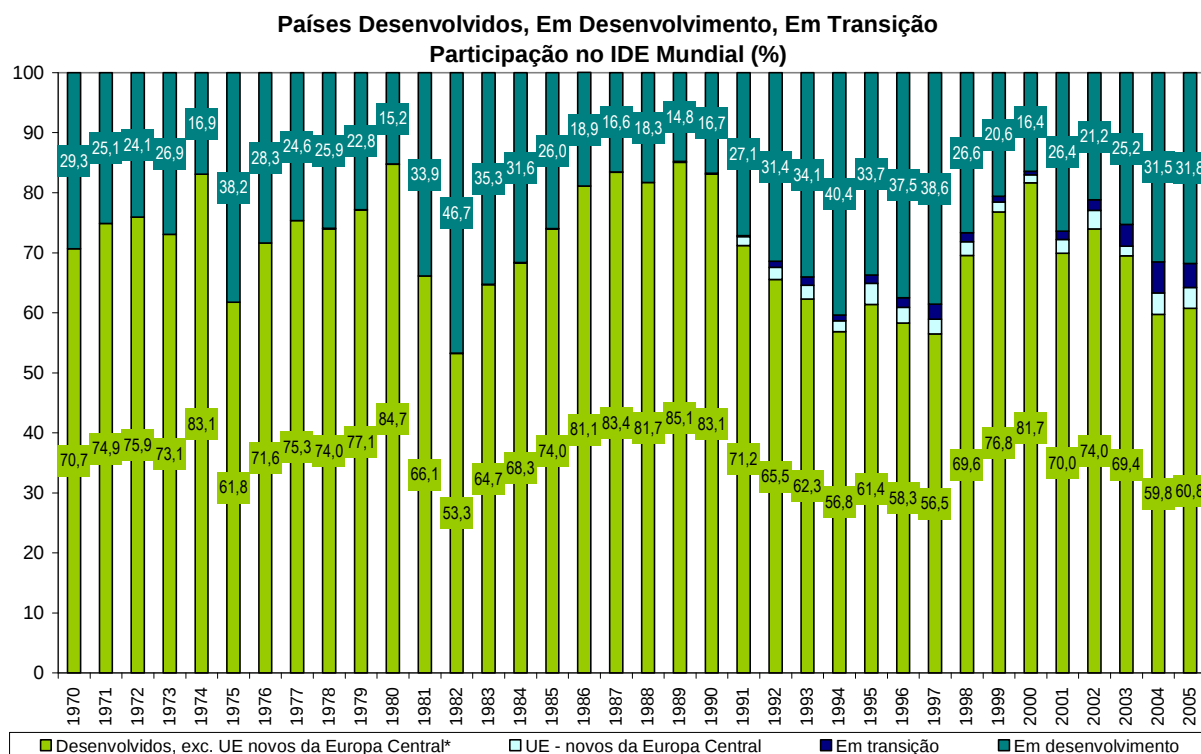
Fazendo uma atualização e uma revisão dos números para IDE (líquido) da UNCTAD no World Investment Report a partir dos dados a partir de dados do FMI/IFS, da CEPAL e do próprio UNCTAD Investment Brief (nº 1 de 2006), observa-se que em 2005 o IDE atingiu US\$ 916,1 bilhões, superando bastante os patamares de 2003 e 2004 (US\$ 656,8 bilhões e US\$ 757,2 bilhões). Pela série iniciada em 1970, o volume de IDE líquido global em 2005 só foi superado pelos de 1999 e 2000, quando a grandeza atingiu a casa do US\$ 1 trilhão.

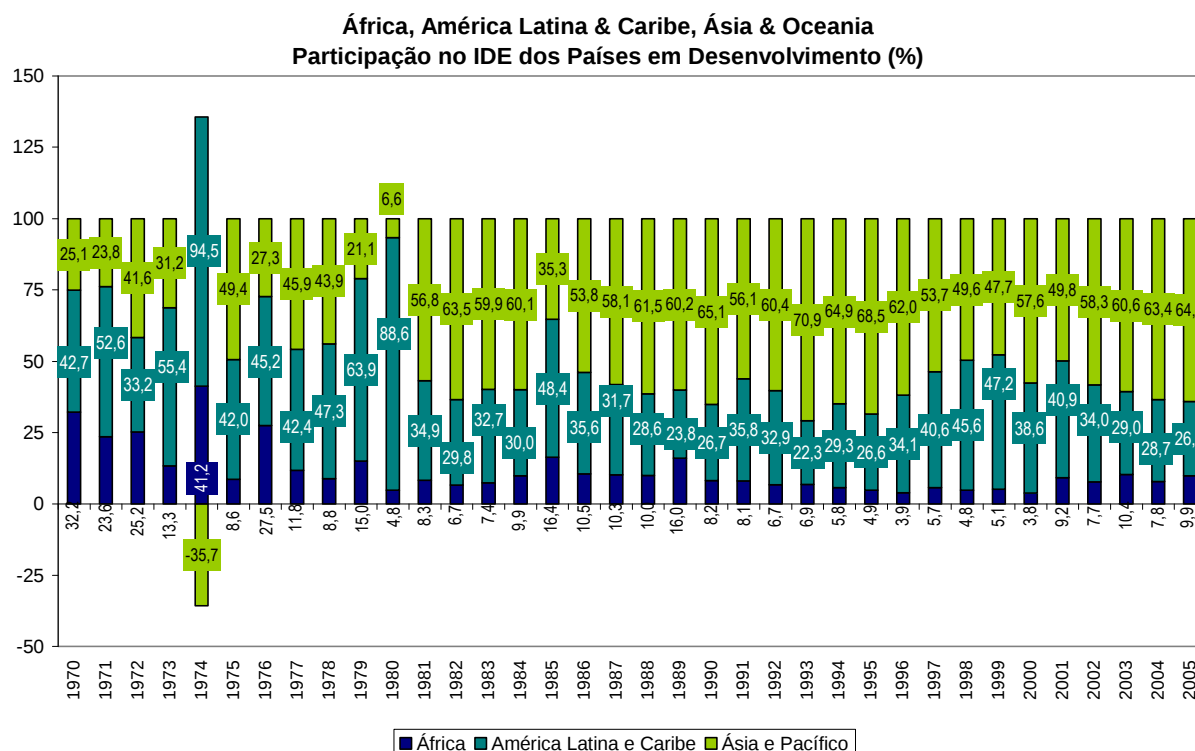
Já a participação dos países em desenvolvimento tem crescido continuamente desde 2002, tendo à frente o conjunto dos países da Ásia e Oceania, puxado pelo vigoroso crescimento da China. Assim, em 2005, os países em desenvolvimento representaram 31,8% do IDE líquido mundial.



Fonte: Brasil: BCB; Mundo e América Latina e Caribe: CEPAL, FMI/IFS, UNCTAD. Elaboração, revisão e atualização próprias.

* Inclui Chipre, que passou a integrar a União Européia. A UNCTAD, após a integração dos dez novos membros da UE, agregou os oito países da Europa Central, mais o Chipre (até então incluso entre os países em desenvolvimento da Ásia). Optou-se aqui por separar ao menos os oito países da Europa Central, que anteriormente compunham o bloco das economias em transição. Além dos países da Europa Central e do Chipre, Malta também passou a integrar a UE, mas já era considerada entre os países desenvolvidos.





Fonte: Brasil: BCB; Mundo e América Latina e Caribe: CEPAL, FMI/IFS, UNCTAD. Elaboração, revisão e atualização próprias.

O Brasil nos Influxos de IDE Mundiais

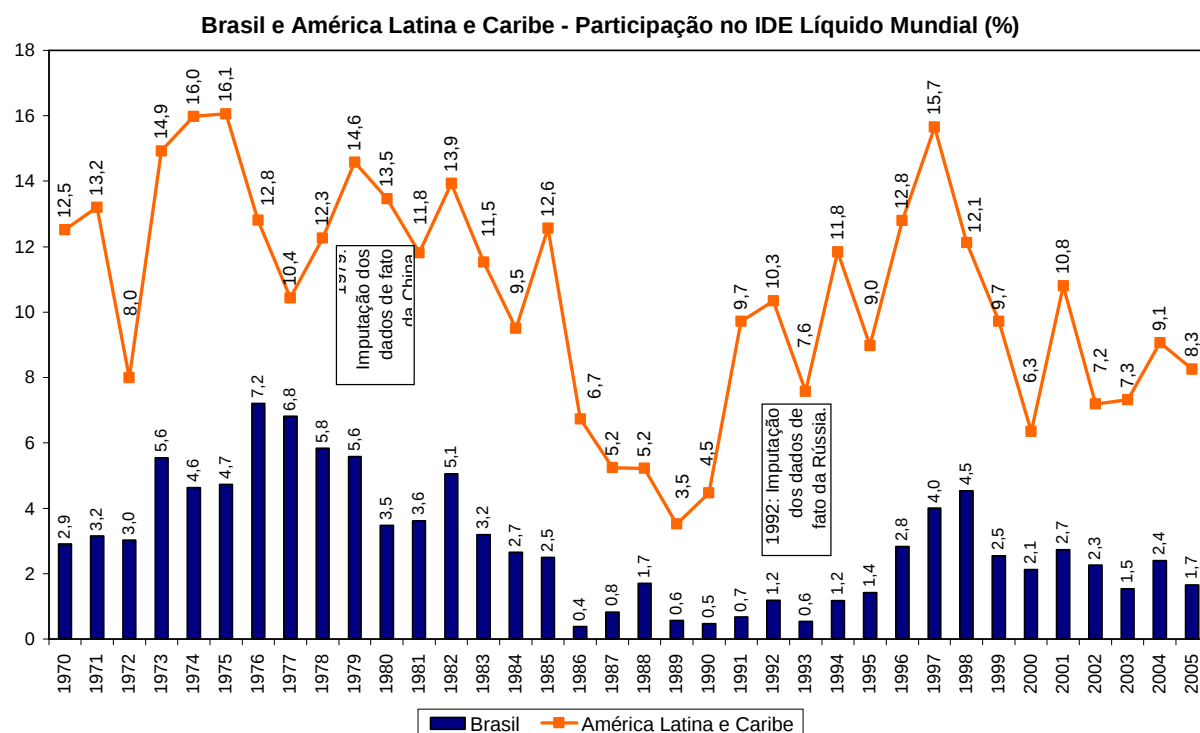
No Brasil, apesar dos níveis de IDE dos anos 1990, sua participação nos investimentos externos diretos mundiais diminuiu ao longo do tempo. Após a década de 1970, o País foi perdendo destaque enquanto *locus* preferencial para inversões estrangeiras, principalmente com a crise da dívida que se abateu sobre as economias latino-americanas em 1982.

Embora as correntes de investimentos estrangeiros tenham contribuído sobejamente para a crescente participação brasileira no IDE mundial de 1993 a 1998, quando chegou a 4,5%, o País não conseguiu manter esse fatia, mesmo com o saldo de IDE tendo crescido até 2000. Aliás, a despeito de 2000 ter sido o ano em que o investimento externo direto líquido atingiu seu ápice, significou somente 2,1% do IDE mundial. Em 2004, o IDE do Brasil representou 2,4% do total do globo, caindo em 2005 para 1,7%.

Adicionalmente, concorreram para essa perda de fatia, de um lado, a inserção produtiva da China a partir das diretrizes adotadas por seu governo em fins dos anos 1970 e início dos 1980 no sentido de atrair empreendimentos estrangeiros para zonas preestabelecidas da faixa costeira, e, de outro, a condição galgada pelas economias da Europa central e oriental de receptoras de inversões, desde a dissolução do antigo bloco comunista. Logo, as opções de localização para os empreendimentos aumentaram.

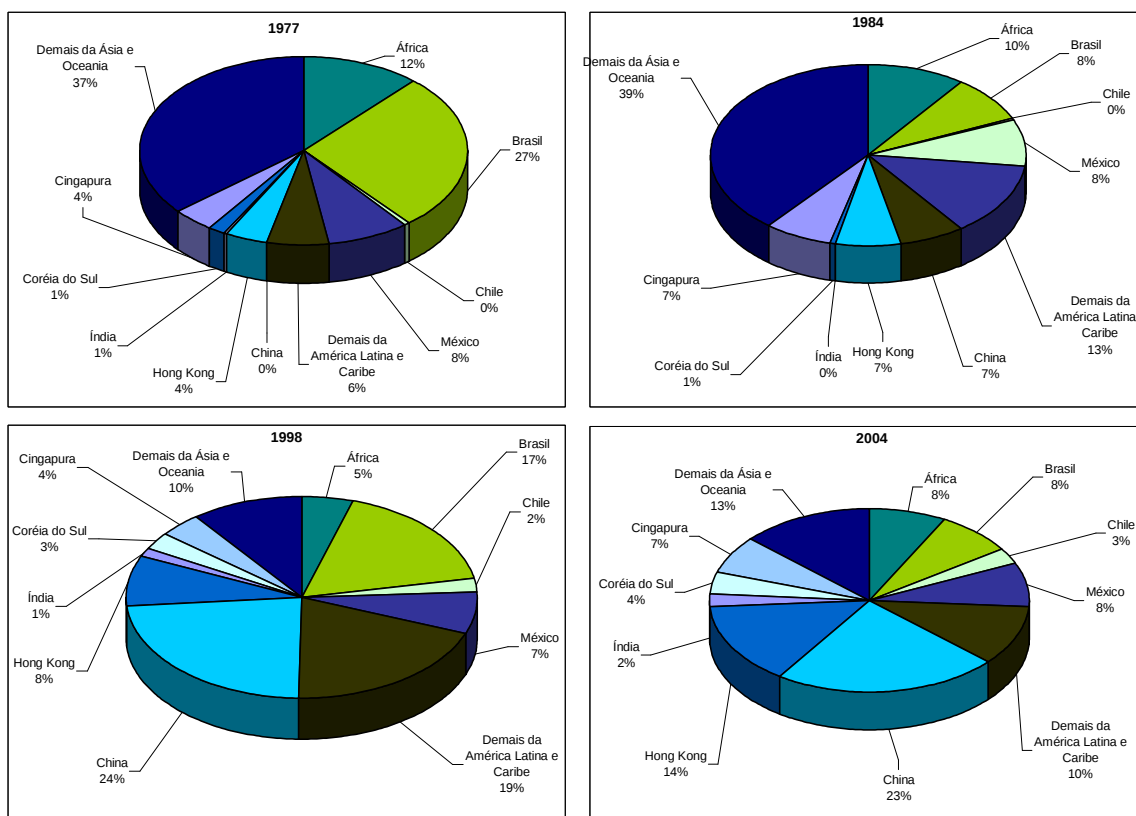
Por sinal, o dinamismo não só da China, mas também de outras economias asiáticas, mormente as cidades-estado Cingapura e Hong Kong, têm ampliado seu poder de atração de investimentos, de sorte a fazer com que o Brasil e o conjunto dos países latino-americanos e caribenhos percam espaço nos influxos de IDE para as nações em desenvolvimento. Em 2005, a China abocanhou 27,2% desses recursos para países em desenvolvimento. Cingapura, Hong Kong e Coréia do Sul responderam por 19,3%.

Deste modo, o Brasil representou 5,2% do IDE líquido para regiões em desenvolvimento, menos do que o México, 6,1%. A América Latina e o Caribe como um todo significaram 26% dos investimentos diretos externos, isto é, somente 6,7% acima do que abocanharam Cingapura, Hong Kong e República da Coréia e menos do que representou a China sozinha. Aliás, vale notar que, em 1977, o Brasil respondeu por 27% dos ingressos líquidos para as economias em desenvolvimento.



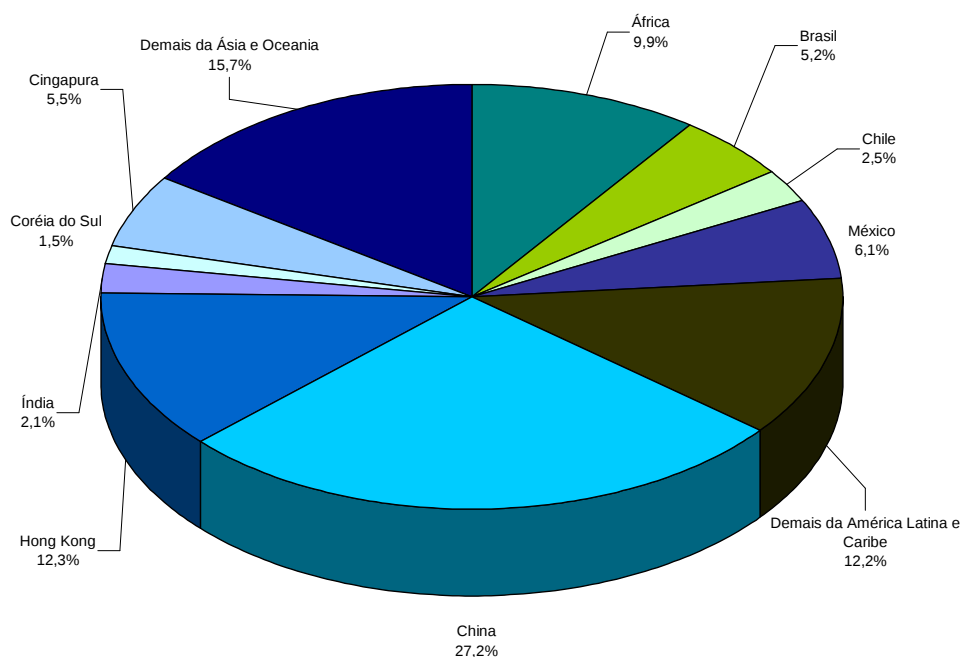
Fonte: Brasil: BCB; Mundo e América Latina e Caribe: CEPAL, FMI/IFS, UNCTAD. Elaboração, revisão e atualização próprias.

Economias Seleccionadas
Participação no IDE Líquido dos Países em Desenvolvimento Anos Seleccionados (%)



Fonte: Brasil: BCB; Mundo e América Latina e Caribe: CEPAL, FMI/IFS, UNCTAD. Elaboração, revisão e atualização próprias.

Economias Seleccionadas
Participação no IDE Líquido dos Países em Desenvolvimento 2005 (%)



Fonte: Brasil: BCB; Mundo e América Latina e Caribe: CEPAL, FMI/IFS, UNCTAD. Elaboração, revisão e atualização próprias.

Análise do desempenho e do potencial brasileiro na atração de IDE

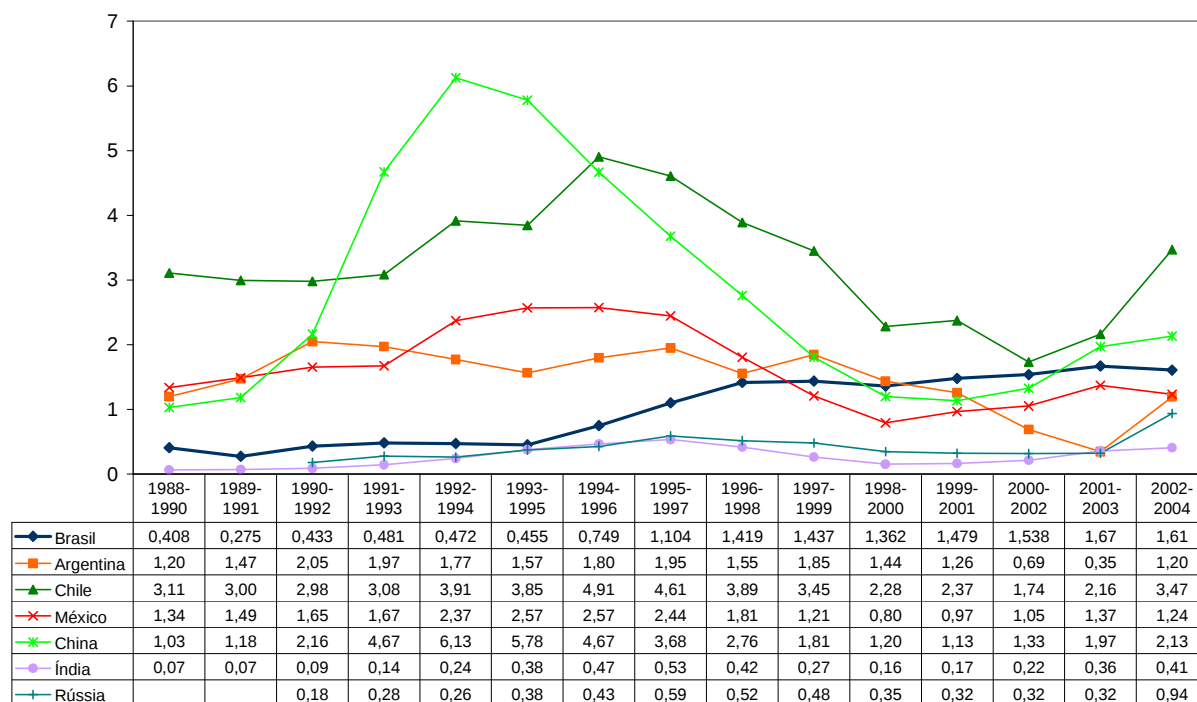
Para apreender melhor a inserção brasileira nos fluxos internacionais em questão, é útil tratar de dois índices construídos e levantados pela UNCTAD e normalmente divulgados anualmente no World Investment Report.

Um destes indicadores tenta captar justamente o poder de atração de IDE por parte de uma economia, o índice de performance de IDE. Esse indicador é obtido pela razão entre a participação do IDE de um país no IDE mundial e a participação do PIB desse mesmo país no PIB mundial. Quando o valor se situa acima de 1, a economia é considerada de alta performance, caso contrário, de baixo desempenho em termos de investimentos estrangeiros diretos.

Para o Brasil, esse índice acusa um crescimento gradativo ao longo dos anos 1990, chegando a 1,67 no período 2001-2003, mas declinando em 2002-2004, para 1,61. Desde 1995-1997, o País tem se mostrado como uma economia de alto desempenho no tocante à atração de IDE, conforme a UNCTAD. Ademais apresentou no dado mais recente uma atratividade maior do que a da Argentina e México, na América Latina, embora aquém do Chile. Dentro do quarteto de nações conhecido como BRIC, formado por Brasil, Rússia, Índia e China, o indicador brasileiro supera o indiano e o russo, mas não o chinês. No contraponto com os Tigres Asiáticos e a Irlanda, o índice brasileiro deixa a desejar frente a Cingapura, Hong Kong e o país europeu, mas fica acima dos de Taiwan e Coréia do Sul, dupla de países que prezam por uma estratégia mais forte na acumulação de capital via empreendimentos de residentes.

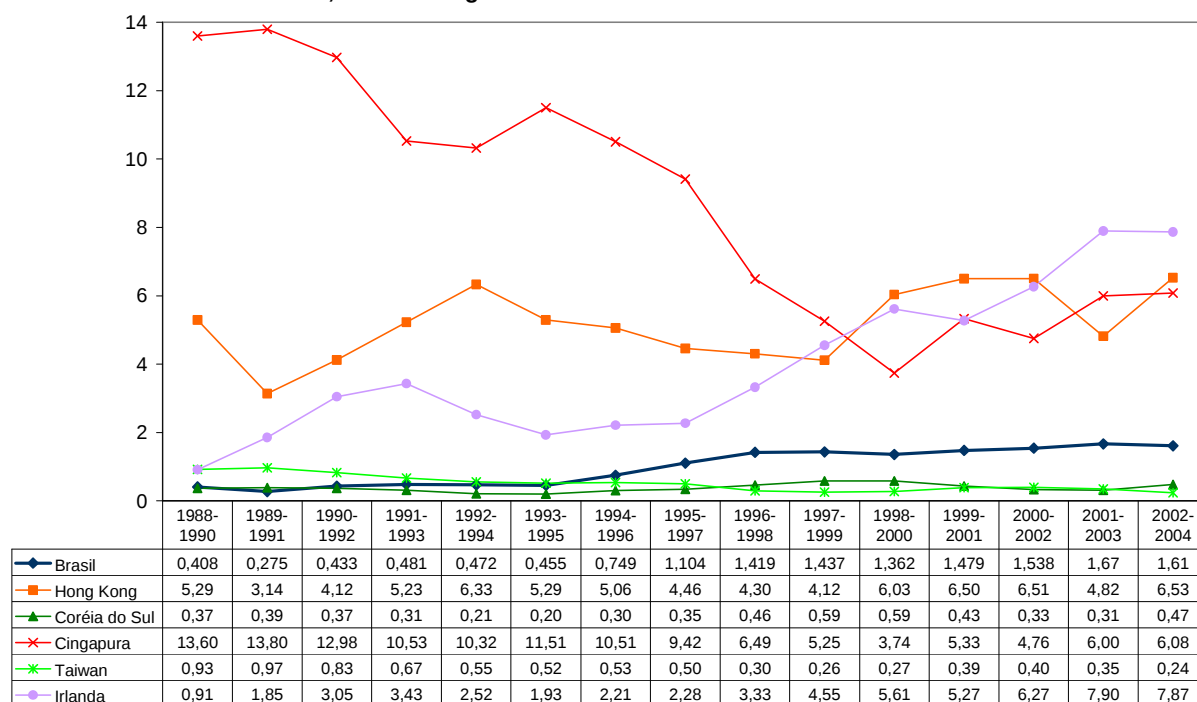
Há de se ter certa cautela ao abordar o índice de desempenho do IDE. Do modo como ele é construído, uma nação pode registrar declínio no indicador mesmo abocanhando fatias cada vez maiores do IDE global. Basta que o aumento da participação do PIB no produto agregado mundial seja ainda maior. É o caso da China, país de alta performance, cujo saldo de IDE representou 7,2% dos investimentos estrangeiros diretos (líquidos) do mundo em 2003, mas que conta com expressivas taxas de expansão do PIB, provocando uma queda no índice ao longo da década de 1990. Isso explica também o fato do índice do Brasil ter crescido entre 2000-2002 e 2001-2003: embora a participação do IDE tenha caído, o declínio na participação do PIB brasileiro no produto agregado mundial foi de maior monta. Em 2002-2004, o índice declinou ligeiramente *vis-à-vis* 2001-2003: de 1,67 para 1,61. Nesse caso, houve ligeira queda na participação do Brasil no IDE mundial entre 2001-2003 e 2002-2004.

BRIC e Países Latino-Americanos Seleccionados: Índice de Performance de IDE



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Brasil, Irlanda e Tigres Asiáticos: Índice de Performance de IDE



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

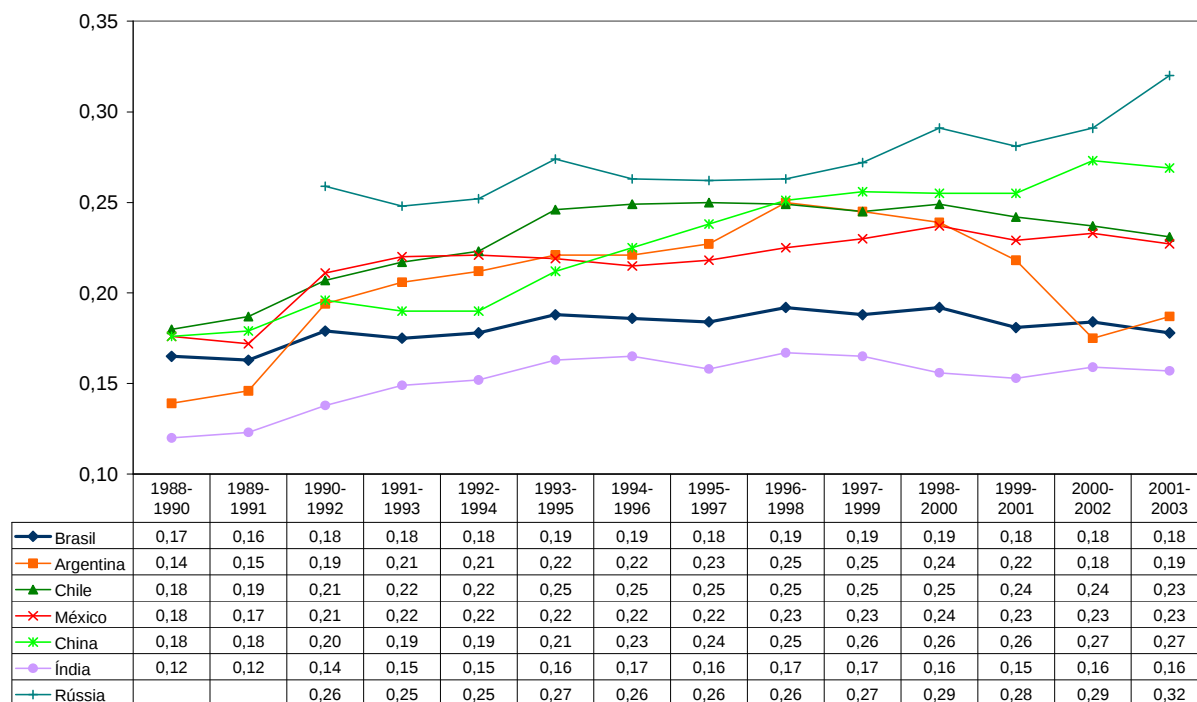
Outro indicador feito pela UNCTAD, o índice de potencial de IDE, complementa o índice de performance ao captar as condições que as economias apresentam em prol de novas inversões do exterior. Variando entre 0 (potencial nulo) e 1 (potencial máximo), o índice de potencial consiste numa média aritmética de doze variáveis: taxa de expansão real do PIB nos últimos dez anos, PIB per capita; acesso à telefonia; consumo de energia; gastos em P&D; proporção de estudantes de 3º grau na população; risco-país; exportações em % PIB; exportações de recursos naturais; importações de partes de bens eletrônicos e automóveis; exportações de serviços; e estoque de IDE. A UNCTAD usa esse índice de sorte a estabelecer os países de elevado e de baixo potencial, através do *ranking* das 140 economias analisadas: as setenta primeiras, cujos índices mais se aproximam da unidade, são consideradas de alto potencial, enquanto a outra metade é de países de baixo potencial.

No último período para o qual o índice de potencial de IDE foi apurado, 2001-2003, o Brasil teve 70º posto, com um índice de 0,18. Dentre os países constantes dos próximos gráficos, tal posição lhe deixou à frente apenas da Índia. Para se ter uma idéia da condição tênue de nossa economia, pelos critérios da UNCTAD, em 1999-2001 e em 2002-2002, o País ocupava, respectivamente, a 71ª e a 72ª colocação com mesmo o valor do indicador, de 0,18. Ficou, portanto, no grupo de países de baixo potencial nesses dois períodos.

Podem-se enumerar alguns dos componentes do índice de potencial de IDE brasileiro que ficaram aquém de seus correspondentes nas economias abaixo. Nossa taxa média de crescimento do PIB nos dez anos encerrados em 2003 só não deixou a desejar frente à Argentina e à Rússia. Exceto novamente pela Rússia, as exportações em % PIB foram as menores, número que melhorará nos próximos levantamentos da UNCTAD, dado o desempenho das vendas externas brasileiras em 2004 e 2005. A qualificação da mão-de-obra, apreendida pela proporção de universitários na população total, também se constituiu num componente a puxar o indicador brasileiro para baixo, mesmo estando acima do chinês e do indiano.

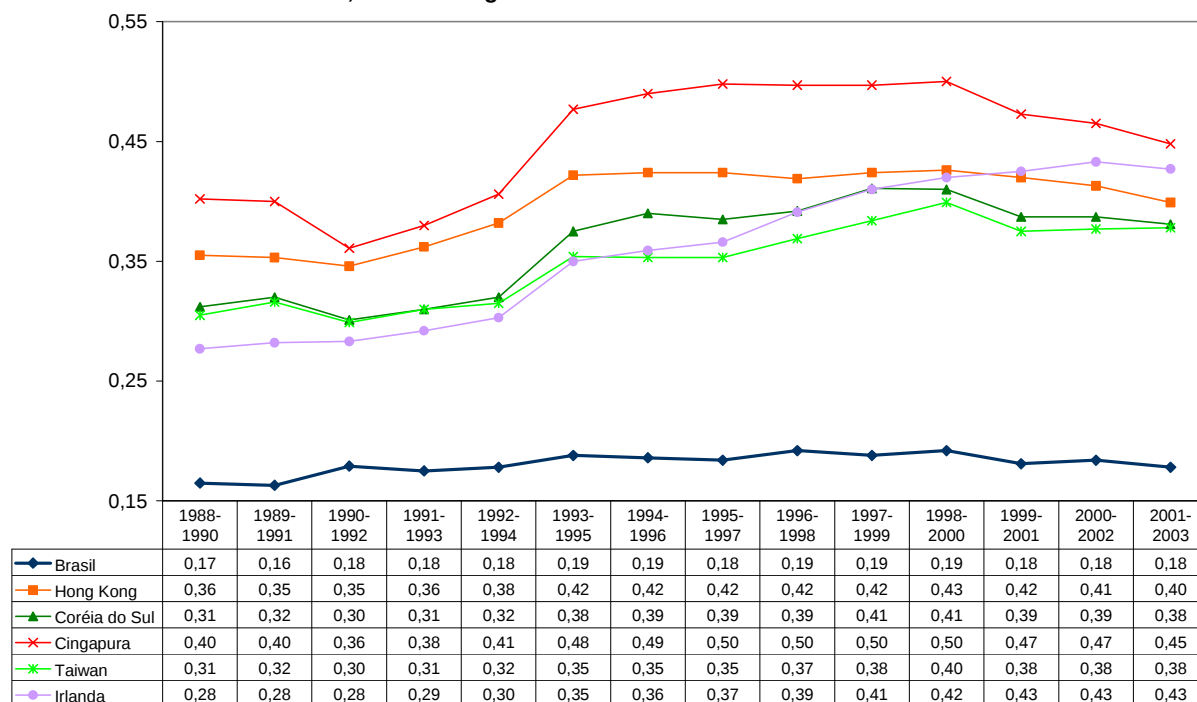
Ressalte-se que, neste elenco de países, há aqueles que ainda não converteram em alto desempenho seu elevado potencial para atração de investimentos externos diretos: Coreia do Sul e Taiwan, além da Rússia (embora com índice de potencial bem mais baixo do que os dois Tigres).

BRIC e Países Latino-Americanos Seleccionados: Índice de Potencial de IDE



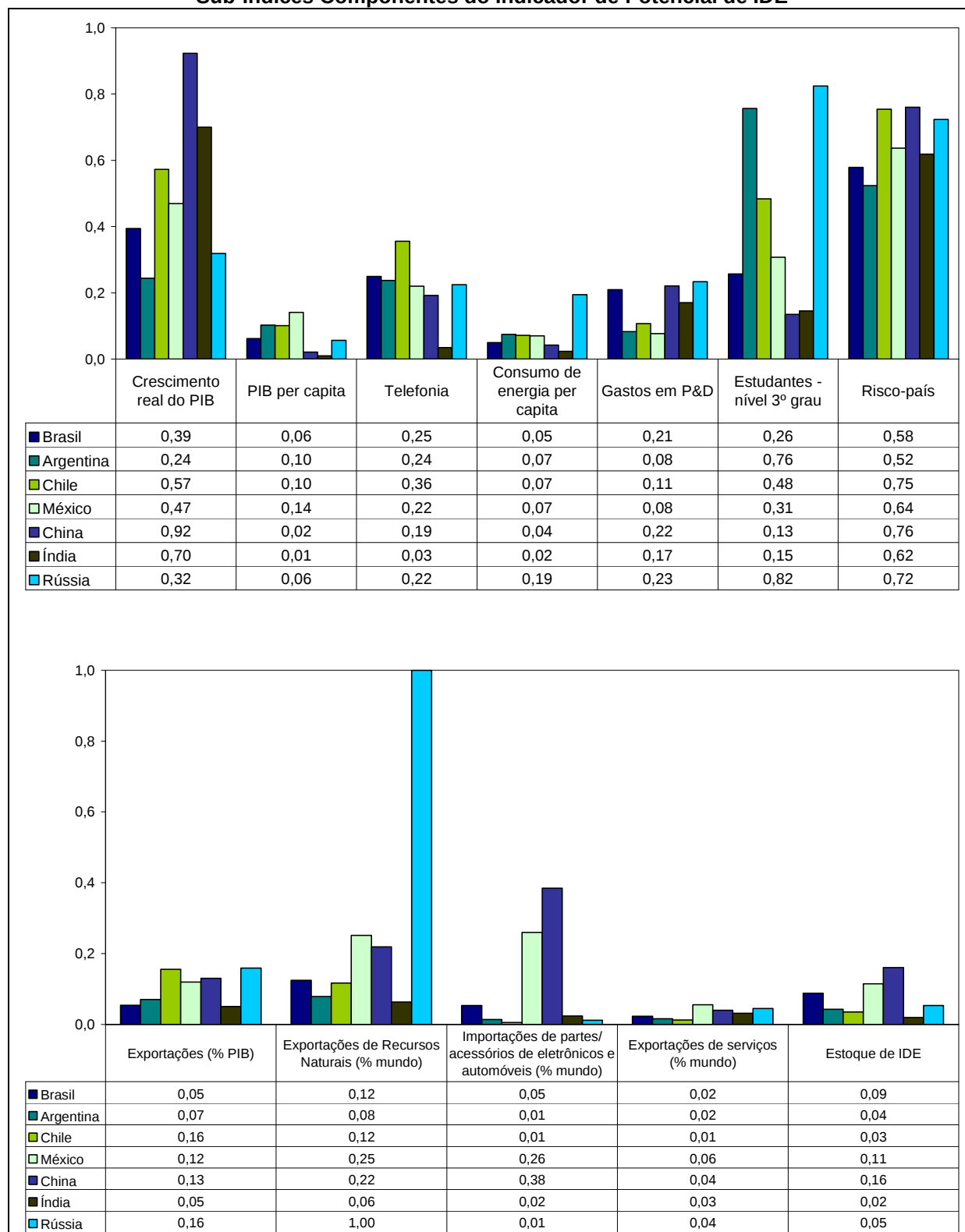
Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Brasil, Irlanda e Tigres Asiáticos: Índice de Potencial de IDE



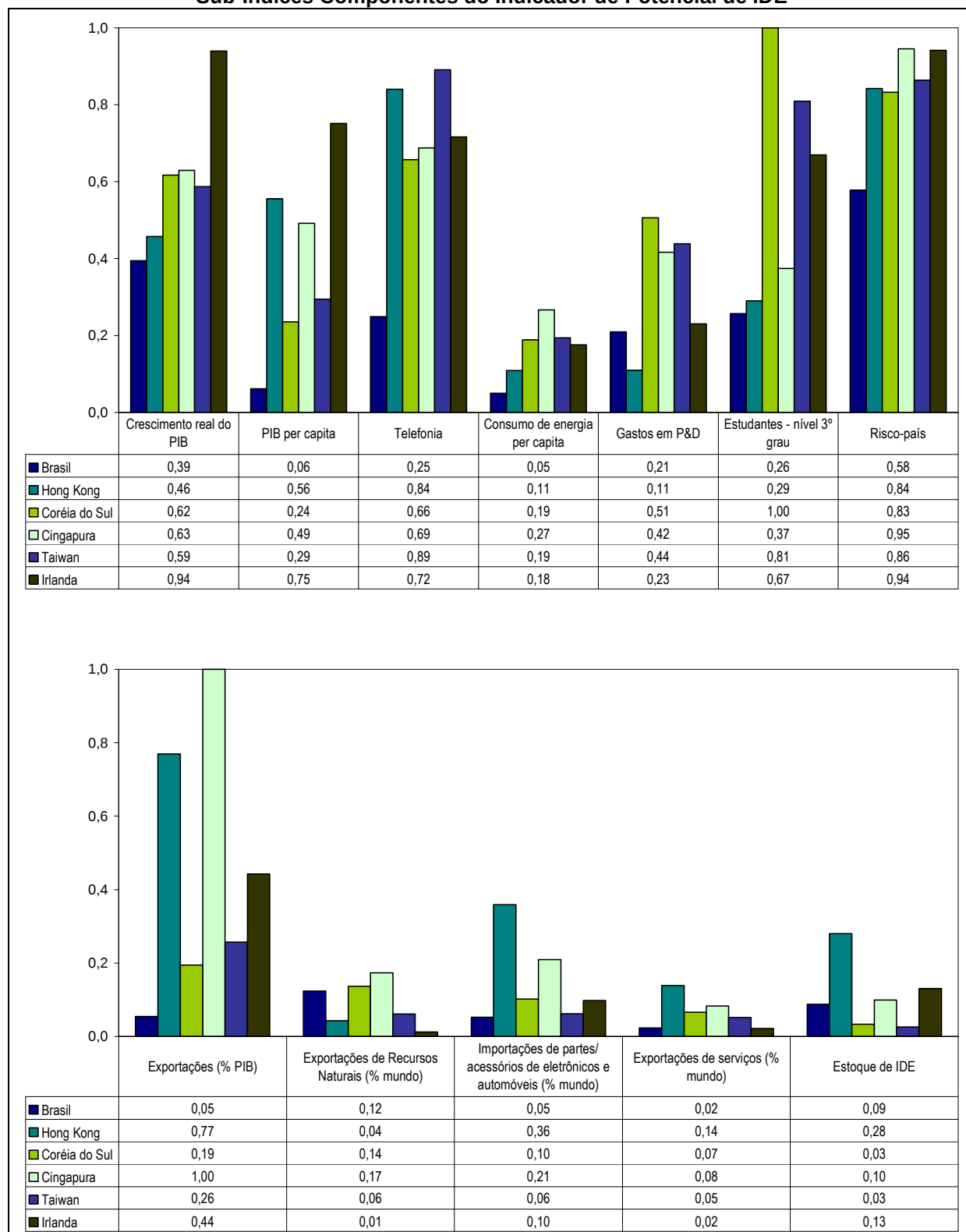
Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

BRIC e Países Latino-Americanos Seleccionados
Sub-Índices Componentes do Indicador de Potencial de IDE



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Brasil, Irlanda e Tigres Asiáticos
Sub-Índices Componentes do Indicador de Potencial de IDE



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Em suma, apesar do crescimento da nossa economia em 2004 e em 2005, no qual as exportações tiveram papel de sumo relevo, há muito espaço para que o País amplie seu potencial de atração de investimentos produtivos. Até porque, na percepção empresarial, já passado o período das privatizações dos serviços de utilidade pública, o Brasil perdeu terreno frente a outras opções. Tal constatação está explícita no quadro abaixo, feito pela empresa de consultoria A T Kearney, com base no índice de confiança de IDE por ela elaborado. Se até 2001 o Brasil figurava entre as quatro primeiras alternativas de destino, de 2002 em diante o País foi cedendo colocações. Em fins de 2004, o Brasil ocupava a 17ª posição.

Em 2005, a posição brasileira no levantamento da A T Kearney melhorou, subindo para a sétima colocação. Saliente-se que, mesmo no relatório anterior da A T Kearney, quando o Brasil figurou em 17º destino, já se expunha uma percepção favorável ao Brasil enquanto alternativa para empreendimentos na indústria de transformação, a exemplo da indústria automotiva e de produtos eletroeletrônicos. Se há oportunidades, elas devem ser aproveitadas.

Classificação das 25 Principais Economias em termos do Índice de Confiança de IDE da A T Kearney

Class.	dez/2005	out/2004	set/2003	set/2002	fev/2001	jan/2000	jun/1999	dez/1998	jun/1998
1	China	China	China	China	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA
2	Índia	EUA	EUA	EUA	China	Reino Unido	China	Brasil	Brasil
3	EUA	Índia	México	Reino Unido	Brasil	China	Reino Unido	China	China
4	Reino Unido	Reino Unido	Polônia	Alemanha	Reino Unido	Brasil	Brasil	Reino Unido	Reino Unido
5	Polônia	Alemanha	Alemanha	França	México	Polônia	México	Alemanha	Índia
6	Rússia	França	Índia	Itália	Alemanha	Alemanha	Índia	Polônia	México
7	Brasil	Austrália	Reino Unido	Espanha	Índia	México	Austrália	Índia	Polônia
8	Austrália	Hong Kong	Rússia	Canadá	Itália	Itália	Polônia	México	Argentina
9	Alemanha	Itália	Brasil	México	Espanha	Espanha	Alemanha	Espanha	Austrália
10	Hong Kong	Japão	Espanha	Austrália	França	Austrália	França	França	Alemanha
11	Hungria	Rússia	França	Polônia	Polônia	Índia	Itália	Itália	Espanha
12	Checa, Rep.	Polônia	Itália	Japão	Canadá	França	Canadá	Argentina	Itália
13	Turquia	Espanha	Checa, Rep.	Brasil	Cingapura	Canadá	Espanha	Holanda	Rússia
14	França	Checa, Rep.	Canadá	Checa, Rep.	Tailândia	Tailândia	Argentina	Austrália	Hungria
15	Japão	Malásia	Japão	Índia	Austrália	Coréia do Sul	Tailândia	Tailândia	Tailândia
16	México	Canadá	Tailândia	Hungria	Checa, Rep.	Japão	Checa, Rep.	Coréia do Sul	Checa, Rep.
17	Espanha	Brasil	Hungria	Rússia	Coréia do Sul	Holanda	Coréia do Sul	Canadá	Canadá
18	Cingapura	Cingapura	Coréia do Sul	Hong Kong	Holanda	Checa, Rep.	Hungria	Checa, Rep.	Indonésia
19	Itália	Hungria	Austrália	Holanda	Taiwan	Argentina	Holanda	Japão	França
20	Tailândia	Tailândia	Taiwan	Tailândia	Japão	Hungria	Cingapura	Irlanda	Chile
21	Canadá	Coréia do Sul	Vietnã	Coréia do Sul	Hungria	Cingapura	Japão	Hungria	Coréia do Sul
22	Dubai/ UEA	México	Hong Kong	Cingapura	Malásia	Malásia	Malásia	Cingapura	Malásia
23	Coréia do Sul	Indonésia	Malásia	Bélgica	Turquia	Taiwan	Taiwan	Chile	Japão
24	Ásia Central	Holanda	Turquia	Taiwan	Argentina	Bélgica	Filipinas	Bélgica	Cingapura
25	Romênia	Taiwan	Indonésia	Áustria	Hong Kong	Irlanda	Hong Kong	Taiwan	Filipinas

Fonte: A T Kearney.

Nota: Ásia Central inclui Azerbaijão, Belorússia, Cazaquistão e Turcomenistão; Dubai/ UEA, incluso pela primeira vez na pesquisa.

Considerações Finais

Apesar de se constatar o incremento da parcela de ingressos de IDE para a indústria, bem como a capacidade do Brasil em atrair empreendimentos industriais de relevo, tais fatos não se constituem por si só em alicerces sólidos para a nossa economia.

- Primeiramente, mesmo sendo a indústria produtora de bens comercializáveis (*tradables*), não implica que a estratégia das companhias industriais que estejam ingressando ou ampliando suas respectivas bases no País tenham como alvo as exportações: podem ter como foco o mercado doméstico, tal como já aconteceu em passado recente.
- Ademais, o ideal é que os ingressos para a indústria cresçam acompanhados por novas entradas de IDE para os demais setores, principalmente nos serviços de utilidade pública, dado que um maior dinamismo nesse segmento propicia melhorias na infra-estrutura física do Brasil, tão necessária para a produção doméstica. A implementação do aparato regulador das Parcerias Público-Privadas é um avanço notório, mas não significa que os investimentos estrangeiros venham automaticamente.

A despeito do recente desempenho exportador do Brasil, o ideal é que sejam atraídos investimentos externos voltados para a constituição de bases exportadoras mais robustas e perenes a partir do território nacional, sedimentando o ajuste externo e minimizando o acréscimo no passivo externo que o IDE representa. A dificuldade recente decorre da apreciação cambial. Esse último fato já vem influenciando nas decisões de transnacionais no tocante a partir de onde exportar – se do Brasil ou se a partir de uma base em outro país – em detrimento das vendas para o Exterior a partir do território nacional. Como exemplo, há a experiência recente da Nokia, que transferiu a produção de diversas linhas telefones celulares para o México, reduzindo seu poder de exportação para os EUA a partir da planta estabelecida em Manaus.

Por fim, os ingressos para as diferentes atividades da indústria de transformação podem se constituir em alvos para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), à medida que sinaliza em quais segmentos o Brasil tem se mostrado mais atraente. Porém não se pode esquecer das cadeias produtivas nas quais tais segmentos se inserem. Procurar oportunidades a partir de elos nesses encadeamentos produtivos pode se consubstanciar em esforço profícuo.

Bibliografia

A T KEARNEY. *FDI Confidence Index*. Alexandria – Virgínia – EUA: A T Kearney, várias edições.

Banco Central do Brasil. Departamento Econômico. *Notas metodológicas do balanço de pagamentos*. Brasília: Banco Central do Brasil, jun. 2001.

Banco Central do Brasil. *Nota para imprensa do setor externo*. Brasília: Banco Central do Brasil, vários meses. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>.

Banco Central do Brasil. *Séries temporais – séries especiais: investimento externo direto*. Brasília: Banco Central do Brasil, s/d. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>.

CEPAL. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe - 2004*. ONU: Santiago, mar. 2005.

CEPAL. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe - 2005*. ONU: Santiago, maio 2006.

FMI. *Balance of Payments Manual*. 5ª ed. Washington, DC, EUA: FMI, 1993.

FMI. *International Finance Statistics (Database – online ed.)*. Washington, DC, EUA: FMI.

IEDI. *Setor externo em agosto de 2004: uma projeção melhor de IDE para o ano*. São Paulo: IEDI, set. 2004. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>.

IEDI. *Análise IEDI*. São Paulo: IEDI, várias datas. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>.

PRATES, Daniela. A permanência da vulnerabilidade externa. *Política Econômica em Foco*. Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia, nº 1, maio-ago. 2003.

UNCTAD. *World Investment Report*. Nova Iorque e Genebra: ONU, vários anos.

UNCTAD. *World FDI flows grew an estimated 6% in 2004, ending downturn (press release)*. Nova Iorque e Genebra: ONU, 11 jan. 2005. Disponível em: <http://www.unctad.org>.

UNCTAD. *Sharp rise in FDI driven by M&As in 2005. UNCTAD Investment Brief*. Ano 2006, nº 1. Nova Iorque e Genebra: ONU. Disponível em: <http://www.unctad.org>.

UNCTAD. *Investment policy review of Brazil (unedited advanced copy)*. Nova Iorque e Genebra: ONU, 31 jan. 2005.